

(10) Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, "Super Evangelium Sti. Johannis Lectura", Marietti, Turim, 1952, p. 138, n. 740.

(11) J. MATEOS—J. BARRETO, op. cit., p. 261

(12) Cf. CHAMPLIN, R. N., op. cit., p. 425. BROWN, R. E. Op. cit., p. 372, observa que BULTMANN considera original o singular, sugerindo que o "nós" teria sido introduzido pela comunidade cristã. Mas o mesmo acontece em várias outras passagens, como já em 4,35-38, em que Jesus associa os discípulos à sua obra.

(13) Ainda CHAMPLIN, R. N., *ibid.*

(14) P. ex. nos anúncios da Paixão, tanto dos Sinóticos: "É necessário que o Filho do Homem sofra muito..." (Mc 8,31 e prl), como em João: "É necessário que o Filho do Homem seja exaltado" (Jo 3,14).

(15) Cf. SCHNACKENBURG, R., op. cit. pp. 304-305.

(16) Cf. J. MATEOS—J. BARRETO, op. cit. p. 409.

(17) *Id.*, *ibid.*

(18) A propósito do termo "projeto", aplicado a Deus, surpreendeu-me a crítica decidida que faz Dom TERRA, J.E.M., ao seu uso extensivo na "Bíblia Sagrada — Edição Pastoral" (Ed. Paulinas, Sp. 1990), em recente estudo publicado com esse título na revista "Atualização" de BH, n.º 226 (julho-agosto, 1990), pp. 841-858, ver especialmente pp. 843-844. Costumo usar essa expressão, hoje tão comum — "projeto de Deus" — em minhas aulas, parecendo-me que ela traduz bem, p. ex., o conceito isaiano de "plano de Javé", ou o conceito de "vontade de Deus". É

claro que a crítica de Dom TERRA visa o que ele considera a ideologização desse conceito — cf. sua argumentação, cerrada, nas referidas pp. 843-844 — mas o conceito como tal me parece legítimo. De resto, o conjunto da severa recensão do Bispo-e-xegeta, mesmo para quem reconhece os inegáveis valores desta "Bíblia Sagrada — Edição Pastoral", da qual fui um dos revisores exegeticos, não pode ser simplesmente ignorado, ou preconcebidamente taxado de reacionário.

(19) Versículo, porém, infelizmente mal transmitido, cujo sentido, nas traduções modernas, é conjectural. DI LELLA, A., p. ex., no seu grande comentário do Sirácida na "Anchor Bible" ("The Wisdom of Ben Sira", Doubleday, N. York, 1987), propõe uma tradução bem menos grandiloquente: "Contudo, eles são hábeis nos trabalhos deste mundo, e sua atenção se volta para o exercício da sua arte".

(20) Cit. em CHAMPLIN, R.N., op. cit., p. 425.

(21) Ver o interessante n.º 3 da "Revista Bíblica Brasileira", ano 7, 1990, todo dedicado à "Fonte dos discursos" ou "Quelle", cujo texto hipotético corrido, em Mt e em Lc paralelamente, é apresentado nas pp. 160-194 desse fascículo.

Endereço do autor:

Caixa Postal 5041 — ITESC
88041 — FLORIANÓPOLIS

A DIMENSÃO DO TRABALHO NO PROCESSO DA FORMAÇÃO PRESBITERAL

Pe. Dr. Vitor Galdino Feller

Professor de Teologia Dogmática e Reitor
do Semin. Teol. da Arquid. de Fpolis

Muito já se tem discutido, oralmente, nos encontros de formadores e destes com os formandos, sobre este assunto. Mas pouco se tem escrito que possa trazer um pouco de luz para iluminar-nos no caminho de soluções mais concretas. O intuito deste artigo é tentar sistematizar a colocação do problema, nas suas implicações econômicas, políticas, teológicas e psicológicas, para analisá-las na perspectiva do que deveria favorecer uma sólida formação para o presbítero do futuro, inserido como deverá estar nas questões do mundo e do homem. O problema vai aparecer por fim como abertura para possíveis soluções, ainda que dentro dos esquemas tradicionais da formação que se dá em nossos seminários.

1. O problema: quem não trabalha, não pode comer (2Ts 3,10)!

É claro que ninguém nega a importância do trabalho para uma sólida formação presbiteral. O problema está em como ele acontece ou pode acontecer. Atualmente, pelo que conheço da vida de nossos seminários, pelo menos dos de nosso Estado, de modo geral o trabalho é exercido de duas maneiras. Na maior parte dos seminários menores (e também nos maiores), o seminarista trabalha na limpeza interna da casa, nos cuidados externos dos jardins, campos, hortas, com o intuito de colaborar com a instituição do Seminário, tendo em vista evitar que a mesma tenha de arcar com gastos maiores. O seminarista se dispõe, quando assume livremente o programa imposto pela disciplina da casa, a dar a sua parte, trabalhando gratuitamente, certo de que seu trabalho está cobrindo uma parte considerável dos gastos que a casa-instituição tem com ele.

Há vantagens e desvantagens nesse modo de trabalhar. Como vantagem, coloca-se a disponibilidade para o serviço, para sentir o que é da instituição (seminário ou diocese, enfim, a Igreja) como algo seu, para acolher o dom de uma casa que lhe é oferecida como sua e da qual é também responsável. Salienta-se o sentido gratuito e comunitário do trabalho. Mas há também consideráveis desvantagens. O seminarista não vê concretamente o fruto do seu trabalho, não o vê como remunerado. A remuneração tem de passar sempre pelo funil da espiritualidade, é indireta, e por isso difícil de ser percebida. Fica sempre a sensação de estar trabalhando de graça e ainda por cima de modo forçado, embaixo de uma disciplina. Nem sempre fica claro também o sentido de ter em comum, portanto também como seu, o que é da instituição. No fundo mesmo, nada é dele. Ele está aí por alguns anos, depois vai-se embora, e o que leva é estudo e espiritualidade. Dinheiro mesmo e bens materiais não farão parte de sua herança. Já considerada a vantagem da gratuidade e do desprendimento, o fato de não ser remunerado concretamente dará sempre a impressão de um trabalho alheio à maneira como no mundo de hoje se estabelecem as relações de trabalho. Seu trabalho é feito à maneira de gueto, relativamente paradisíaco, num mundo de relações muitas vezes infernais. Ele não sofre as prepotências do patrão, certamente espiritualizadas pela bondade do formador e pelo sacrifício em favor da instituição. Ele não sofre o furor da disciplina, do horário, dos transportes. Não o amedronta a possibilidade do desemprego, a insegurança do futuro. Ele já tem tudo. A instituição lhe garante tudo. Até mesmo se ele não trabalha, ou mata o serviço, com as fugas típicas da idade adolescente. Ele trabalha como se não trabalhasse, como que dedicando-se a um esporte, um hobby, um descanso até, em meio às tarefas do estudo.

Por sua vez, o estudo lhe é apresentado como seu verdadeiro trabalho. Oxalá todo formando assim o entendesse e vivesse. O estudo é de fato seu primeiro trabalho. Ele deve preparar-se

Salienta-se o sentido gratuito e comunitário do trabalho

intelectualmente para enfrentar os desafios da evangelização. Mas também aqui os problemas continuam. Fortalece-se aqui uma mentalidade, comprovadamente nefasta, de que o trabalho dos homens de Deus é de outro nível, é mais ligado ao espírito. A ligação com a matéria não faz parte desse tipo de trabalho. Além do mais, trata-se de um estudo em vista de um futuro emprego que já está garantido, quer ele esteja mesmo preparado ou não. Ele não sofrerá os problemas da competição em concursos, em carreiras. Além disso, seu estudo está sendo pago por seu pai, ou seus paroquianos, ou seus benfeitores, e sendo subsidiado pela instituição, como acontece com o estudo dos jovens provindos das famílias de nossa classe média. A maioria dos jovens das classes populares e até muitos da classe média hoje trabalham para pagar seu estudo. Nesse esquema, o seminarista sente-se sobremaneira favorecido a educar-se para uma visão burguesa do trabalho e uma posse burguesa de seus bens. Ele tem tudo, não lhe falta nada. Um paternalismo que aliena!

O segundo modo como se exerce atualmente o trabalho no processo da formação presbiteral, é o que vem se fortalecendo em muitas comunidades de estudantes de filosofia e teologia. Alguns seminaristas, de acordo com seus formadores, tomam um ou dois ou mais meios-períodos de seu tempo para trabalhar, geralmente como professores em alguma escola do primeiro ou do segundo grau, como ensinantes de Educação Religiosa ou de alguma matéria das ciências humanas ou mesmo de alguma outra disciplina. O objetivo desse trabalho é o de suprir as carências que o estudante tem em termos de falta de dinheiro para os gastos pessoais com livros, viagens, diversões etc., ou mesmo para colaborar na cobertura dos gastos que a família ou o benfeitor ou a diocese tem com ele.

A vantagem se resume no próprio espírito que o conduz a trabalhar

Também aqui há vantagens e desvantagens. A vantagem se resume no próprio espírito que o conduz a trabalhar: experimentar, ao menos em parte, o que seja ganhar a vida, dar de si para seu próprio sustento, evitar, no que der, ser pesado àqueles que o sustentam; inserir-se no mundo do trabalho, sofrer, ao menos em parte, a dura realidade do mercado de trabalho,

a busca de emprego, o salário baixo, a necessidade da greve, a luta solidária com os companheiros. Mas permanece a desvantagem: trata-se de uma experiência, e não de um trabalho efetivo. Na verdade, com ele ou sem ele, seu presente e seu futuro estão garantidos. Outra desvantagem aparece em termos de organização da vida da comunidade a que pertence. Até que ponto a comunidade pode exigir sua presença em casa para momentos imprevistos de revisão de vida, de celebrações festivas? Quando os horários se chocam, o que conta: a vida humano-afetivo-comunitária ou o trabalho? Uma desvantagem ainda, a ser constantemente denunciada, é a possibilidade, tornada muitas vezes real, de o seminarista assumir uma atitude individualista diante da comunidade, com quem passa a ter menos compromissos, e diante dos gastos, pelos quais não deve mais dar satisfações, já que gasta do seu próprio suor. Ele assume assim não só o positivo da experiência do trabalho, mas também o dado negativo que é a ânsia de ganhar mais para poder gastar mais. A inserção no mundo da produção, pelo trabalho, o conduzirá, e toda a atenção será pouca, ao mundo do consumo.

Estas duas modalidades (o trabalho em favor da instituição e uma experiência de meio-período de trabalho) resumem toda uma gama de outras alternativas, que serão tratadas no final do artigo, a título de propostas. Todas as outras alternativas se

O trabalho é uma questão-problema no processo da formação presbiteral

reduzem a estas duas, seja pela semelhança na forma em que acontecem, seja sobretudo no que diz respeito às vantagens e desvantagens. Basta, por enquanto, perceber que o trabalho é uma questão-problema no processo da formação presbiteral. Ele não faz parte do cotidiano da vida do seminarista, como o faz do cotidiano de qualquer outro adolescente ou jovem. Ele precisa se encaixar, em termos de horários, períodos, modalidades, num conjunto maior em que ele passa apenas pela tangente. O trabalho não é, para resumir drasticamente, condição *sine qua non* para o sucesso da formação de um bom padre. O estudo, a espiritualidade, a pastoral e a vida humano-afetiva são condições, são pilares, ao menos num processo que se preze e que acompanhe as sugestões e exigências feitas pelas autoridades competentes. E o trabalho? Haverá uma construção em que caiba um quinto pilar? Ele será mesmo necessário? talvez sim, como o quinto pórtico da piscina de Silóé, onde foi salvo o paraplégico! Talvez sim, como o foi para Paulo, que, além do trabalho espiritual da evangelização (pelo qual poderia cobrar dos evangelizados a sua subsistência, Cf. 1Cor 9, 11—12), quis trabalhar materialmente, para não pesar sobre seu povo, sobre suas comunidades. Ele pôde por isso dizer: "Quem não trabalha, não tem o direito de comer" (2Ts 3,10). . . dir-se-ia até: não tem o direito de viver!

2. As implicações: quem não trabalha, não (se) constrói

O cristianismo sempre viu o trabalho como um nó de relações. Ele nunca é tratado de modo abstrato, teórico, mas sempre na rede de relações que, por meio dele, o homem estabelece com o mundo, com os outros e com Deus. "O trabalho é uma das pontes mais significativas que unem a interioridade subjetiva (o individual da pessoa) com a exterioridade social (o social da pessoa). Pelo trabalho, a pessoa estabelece uma série de relações com o mundo, com os outros e com o próprio Deus. Portanto, pela importância que tem como manifestação da unidade da pessoa na diversidade de suas relações, o trabalho serve para definir o ser humano, para caracterizar sua existência" (ANTONCICH e SANS, 103-134, aqui 103). Por isso, pelo trabalho o homem se autodefine como ser que busca realizar-se plenamente como homem no encontro com a graça das relações, ou como ser que se fecha sobre si mesmo no pecado, que é justamente ruptura de relações. O trabalho define o homem. Pode-se aqui perguntar:

Quem não trabalha, ou tem com o trabalho uma relação esdrúxula, como será definido, como há de se autoconstruir?

e quem não trabalha, ou tem com o trabalho uma relação esdrúxula, como será definido, como há de se autoconstruir? A pergunta torna-se ainda mais angustiante quando vista dentro da perspectiva das diversas dimensões do trabalho.

Pelas relações que o trabalhador estabelece com o mundo, por meio do seu trabalho, este sempre carrega consigo uma forte carga de dimensões econômicas. "O ser solidário do homem que trabalha abre-se ao mundo dos objetos seja como instrumento do seu trabalho, seja como matéria-prima, seja como produto

elaborado, seja, finalmente, como consumo ou uso instrumental desse produto já realizado" (Idem, 114). Tal dimensão de trabalho objetivo, embora bastante relativizado pela dimensão subjetiva do trabalho (como se verá a seguir), é que mostra o domínio do homem sobre o mundo ou sua escravização ao mundo das coisas. "O mundo das coisas produzidas pelo trabalho, seja o da técnica ou o dos recursos antes de sua transformação, seja, finalmente, o dos objetos produzidos, pode ameaçar (ou plênificar) o próprio homem como sujeito do trabalho" (Idem 115, parêntese meu). Com efeito, tanto o liberal-capitalismo como o coletivismo marxista, pela escolha que fazem da supremacia econômica, pela polarização na relação com o objeto, a coisa, a propriedade, enfim, o capital, desfiguram o sentido do trabalho. Este deveria ser marcado pela solidariedade (LE 8), a qual, antes de ser uma força social e política, é fundamentalmente uma exigência ética, da ordem da moral social.

Como todas essas relações são experimentadas pelos nossos seminaristas? Que tipo de possibilidades eles têm de aprender a relacionar-se com o mundo das coisas? Como aprenderão a usar socialmente os bens, a partilhar, se não ganham por um trabalho remunerado? Se o que têm já lhes foi dado por outros que com eles partilharam do fruto do trabalho? É possível ser mesmo pobre, sobretudo no sentido de solidariedade com os pobres, se não tenho nada de meu para repartir, se o que tenho já me foi dado, se só recebo da caridade dos irmãos, se não recebo por um trabalho remunerado? Dar do que ganhei passa a ser uma experiência relativamente fácil, já que não dou mesmo de mim, do meu suor, mas dou algo, alguma coisa, não eu mesmo. A relação com os bens passa a ser feita de maneira superficial. Não há seriedade no trato com os bens materiais, com o dinheiro. Há toda uma gama de ingenuidade na administração dos bens pessoais e coletivos.

Não seria um efeito nefasto da ausência do trabalho em todo o processo de sua formação?

A realidade do ministério de muitos padres, que não sabem tratar com a coisa pública, que não têm tino administrativo, que desconhecem o dado real e concreto da pobreza de muitos dos seus fiéis, que não se empenham na causa da classe trabalhadora. . . não seria um efeito nefasto da ausência do trabalho em todo o processo de sua formação? Aqui, tanto o materialismo consumista de uns, quanto o apego de outros, tanto a mão aberta e perdulária de uns, quanto a mão fechada e egoísta de outros, são faces imaturas de uma mesma deformação, são problemas psico-afetivos derivados de defeitos na dimensão econômico-laborativa de sua formação adolescente e juvenil.

Pelo trabalho, o homem estabelece ainda uma série de relações com outras pessoas, colegas ou empregadores, com a sociedade, com o Estado. Estas relações conferem ao trabalho um grande feixe de *dimensões políticas*. Com efeito, a experiência do trabalho, visto em sua esfera pessoal, familiar e social, "faz com que o homem ligue a sua identidade humana mais profunda ao fato de pertencer a uma nação, e encare o seu trabalho também como algo que irá aumentar o bem comum procurado juntamente com seus compatriotas, dando-se conta assim de que, por este meio, o trabalho serve para multiplicar o patrimônio da inteira família humana, de todos os homens que vivem no mundo" (LE 10). Por estas dimensões, o trabalhador se vê inserido num mundo de relações em que ele é chamado a solidarizar-se com seus companheiros para lutar, apontando soluções, pelos grandes direitos da sua classe: o direito ao emprego, o direito ao salário justo, o direito à propriedade (casa, terra, bens pessoais e familiares de produção), o direito à associação sindical, o direito à

greve. Enquanto estes direitos não forem atendidos, a partir da exigência moral da solidariedade, a comunidade humana estará longe de ser o lugar da fraternidade universal. Estes direitos vão, hoje, se conformando cada vez mais como questões internacionais, justamente a partir da divisão internacional do trabalho, das relações neocolonialistas entre o Norte e o Sul, da dívida externa do Terceiro Mundo. São questões por onde passam os verdadeiros canais da participação social e de construção da nova sociedade.

Volta a pergunta fatídica: como o seminarista experimenta todo esse mundo de relações políticas? Sem ser verdadeiramente trabalhador, sua presença nas pastorais ligadas ao trabalho não terá cheiro de intromissão ou pelo menos de ingenuidade? Que autoridade moral terá ele, por exemplo, para apoiar uma decisão de greve em determinada classe, se não é ele quem vai sofrer na carne (sua ou dos seus) as conseqüências? Que soluções poderá apontar desde fora? Não será uma presença teórica, abstrata, inútil, incompetente e atrapalhadora? Em vez de força de trabalho não será um peso morto, um atrapalho? Por outra parte, que

Não será o trabalho uma condição imprescindível para o estabelecimento de relações justas e fraternas entre os homens?

tipo de relação posso ter com uma pessoa, se me falta justamente a ponte que me liga a ela, enquanto nesta ponte ela e eu nos fazemos pessoas? Não será o trabalho uma condição imprescindível para o estabelecimento de relações justas e fraternas entre os homens?

A realidade do ministério de muitos de nós, padres, que não conhecemos os problemas reais de nosso povo, que desconhecemos seus horários de trabalho e de lazer, que vivemos num espaço geográfico à parte do mundo onde o povo vive e trabalha, que esperamos que o povo venha a nós, que nem sequer vamos a seu local de trabalho, que desconhecemos o mundo complexo das relações tão dramaticamente desumanas do mundo do trabalho. . . não seria, também aqui, um efeito nefasto da ausência do trabalho em nossa formação? Aqui, tanto o discurso espiritualizante e desligado da vida concreta do trabalhador, quanto um discurso materialista fechado à dimensão da subjetividade, tanto uma visão adocicada do sofrimento, quanto uma negação sistemática de todo prazer e lazer. . . são faces imaturas, são revelações de problemas psico-afetivos que não resolvemos em nossa adolescência por não termos experimentado a dimensão política do trabalho.

O trabalho carrega também consigo toda uma gama de *dimensões teológicas*, justamente porque leva o homem a relações com o Deus Criador, com aquele que desde o início "criou", "fez" o céu e a terra (Gn 1,1; 2,4b), com o Pai "que trabalha sempre" (Jo 5,17), com o Filho carpinteiro em Nazaré (Mc 6,3), com o Espírito que "renova a face da terra" (Sl 104,30). O trabalho possibilita ao homem uma comunhão única com Deus, com sua ação e seu projeto. "O trabalho é ato da pessoa total, do seu corpo e do seu espírito; corresponde a uma intencionalidade e a um projeto, ele está ordenado à vida da pessoa. Deus tem também um Espírito que se revela na sua Palavra de vida, e também tem um projeto, que é igualmente um projeto de vida. A espiritualidade do trabalho consiste, pois, na comunhão de 'espíritos', o do homem e o de Deus, na comunhão de seus 'projetos', e na comunhão de suas 'vidas' (ANTONCICH e SANS, 129s). A espiritualidade do trabalho, elaborada magistralmente por João Paulo II, na encíclica "*Laborem Exercens*", faz o homem entender que, pelo trabalho, ele participa da obra criadora,

transformadora e salvadora de Deus (LE 25), ele se irmana ao trabalho do próprio Deus encarnado em Jesus Cristo e experimentado por tantos homens e mulheres da Bíblia (LE 26). Enfim, ele se insere no mistério pascal ao carregar a cruz de cada dia e ao vislumbrar o "novo bem" que é justamente fruto do seu penar (LE 27).

Como admirar a forma de Deus trabalhando no espírito laborioso dos homens e mulheres de nosso tempo, se meu relacionamento com Deus passa somente pela contemplação, não pela ação?

Volta a angustiante pergunta: Como pode o seminarista experimentar a criatividade inventiva de Deus, se ele não trabalha? Como ser poeta, como perceber a vida que vence a morte, como admirar a força de Deus trabalhando no espírito laborioso dos homens e mulheres de nosso tempo, se meu relacionamento com Deus passa somente pela contemplação, não pela ação? Como optar pelo seguimento de Jesus Cristo, em sua práxis libertadora, se não consigo captar o Reino de Deus como ação, como trabalho de Deus? A minha oração não seria um atrapalho ao trabalho que Deus estaria querendo realizar em mim e por mim?

A realidade do ministério de muitos de nós, presbíteros, que fazemos do anúncio do Evangelho uma atividade teórica e abstrata, não estaria denunciando a ausência do trabalho em nossa formação? Aqui, tanto um discurso espiritualizante desligado da materialidade da vida, quanto uma práxis polarizada no social sem a presença explícita do Espírito, são faces imaturas, são manifestações de conflitos afetivo-psicológico-espirituais que poderiam ter sido assumidos e superados por uma experiência de trabalho que permitisse viver a mesma espiritualidade e materialidade do trabalho do próprio Deus Pai-Filho-Espírito.

Por fim, porque pelo trabalho o homem se relaciona, enfim, consigo mesmo e se autoconstrói, o trabalho tem também uma carga de *dimensões psicológicas*. Diferentemente da criança, que é egocêntrica, que necessita ser protegida pelos pais, que vive passiva e receptivamente, o adulto se marca pelo altruísmo, pela proteção que passa a oferecer a outros mais carentes que ele,

por uma vida ativa, doadora, oblativa. Há uma passagem do mundo lúdico infantil, onde a criança estabelece um sistema de trocas com o ambiente, onde aprende a pôr os limites e a ordem da vida, onde vai descobrindo sua vocação e sua futura profissão, para o mundo efetivo do trabalho, marcado agora pela criação, maturidade e cooperação. "O trabalho é uma linguagem que expressa o ser da pessoa. Na atividade, o sujeito inconscientemente fala de si, se camufla, foge, expressa sua intimidade" (RODRIGUEZ-LOSADA e outros, 104-108, aqui 105).

Volta a pergunta: como o seminarista pode se experimentar como alguém que se autoconstrói, que alcança uma etapa de maior maturidade, se não trabalha? Porque perder uma oportunidade única de conhecer o formando? de o próprio formando se conhecer? de saber se ele tem fundos narcisistas, por um trabalho realizado para chamar a atenção sobre si? de saber se ele foge de si, por um trabalho realizado num ativismo desenfreado para se evadir ou se esconder? de saber, quem sabe, se na verdade ele vai construindo seu próprio Eu em direção

Descobrimo-nos como agente transformador do mundo e das pessoas, por um trabalho que seja serviço, produção e geração da vida.

do futuro, autotranscendendo-se em direção ao outro, descobrimo-nos como agente transformador do mundo e das pessoas, por um trabalho que seja serviço, produção e geração da vida? (Cf. *Ibidem*).

O ministério apostólico de muitos de nós, presbíteros, que fazem de seu apostolado uma maneira de se buscarem infantil e narcisisticamente no outro, não seria uma consequência nefasta da falta de trabalho no tempo da formação seminarística? Quantos ainda, em vez de um narcisismo pessoal, buscam o nome e a glória da diocese ou da Igreja, numa espécie de narcisismo coletivo? Quantos também doam coisas, fazem caridades, mas não se doam; invejam quem tem melhores qualidades, mas não entram no jogo de um trabalho cooperativo em equipe, têm um comportamento laborativo de posse (*o meu trabalho, a minha pastoral*), negando a presença e a participação na pastoral de conjunto? Quantos se escondem atrás de mil desculpas, julgando-se incapazes, fazendo-se tímidos, fugindo para a redoma do próprio mundinho? Quando será possível poder perceber que, a nível geral, há um trabalho apostólico adulto, realizado em comunidade e desde-a-comunidade? Quando poder-se-á falar de um trabalho apostólico da comunidade presbiteral inserida, como um todo, junto aos empobrecidos, como lugar de nossa realização afetiva e humana? (*Idem*, 106s).

3. Solução: quem quiser ser um bom pastor, deve trabalhar, desde já

Alguém já disse que nós, membros da Igreja, somos ótimos no "ver", bons no "julgar", mas péssimos no "agir", em tirar conclusões para a ação. Creio que não fugirei à regra. Mas, o que segue são sugestões práticas para uma valorização maior do trabalho (qual quinto pilar) na formação presbiteral. Atualmente, ele vem sendo tratado como um aspecto da formação humano-afetiva. O documento 30 da CNBB sobre a "Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil" (nossa "Rádio fundamentalis"), traz um só parágrafo sobre o trabalho e assim mesmo de maneira bastante restritiva. Após sugerir que o seminarista deve contribuir para seu sustento e que a comunidade busque caminhos para se evitar o aburguesamento, o número 119 constata e recomenda: "Tem-se verificado que o trabalho profissional dificulta a dedicação cada vez mais exigida pela seriedade e intensidade dos estudos teológicos. Recomendem-se, pois, outras formas de trabalho não profissionalizado, dentro ou fora do Seminário, bem como experiências de trabalho durante as férias escolares.

No trabalho se considere o critério formativo e pastoral e não apenas a preocupação financeira

De qualquer forma, é importante que no trabalho se considere o critério formativo e pastoral e não apenas a preocupação financeira". Claro está que esta constatação, esta recomendação e este critério estão encaixados num determinado sistema — o de seminários ou casas de formação, com uma preocupação justa pelo estudo, pela espiritualidade, pela pastoral e a convivência

comunitária — comprovado como eficaz pela experiência tradicional da Igreja, exigido pelas normas da Santa Sé e assumido pela CNBB, com as devidas adaptações, como o que deve ser fortalecido também entre nós (Docum. 30, nn. 44-79). Mais à frente, nossas sugestões serão apresentadas a partir da aceitação deste modelo.

Mas, cabe ainda e sempre a possibilidade de perguntar-se se um outro sistema também não ofereceria vantagens em termos de formação mais atualizada em relação aos desafios de hoje. Uma comunidade mais aberta em termos de exigências e cobranças de horários de seus membros, mais inserida, até geograficamente, em meios populares ou situada nas proximidades de alguma sede paroquial, menos exigente em termos de estudos acadêmicos, onde a liberdade fluísse permitindo a construção pessoal (de cada membro) na responsabilidade. . . permitiria, por exemplo, que o formando trabalhasse diariamente meio-período, como profissional, sendo remunerado, vivendo integralmente no mundo do trabalho. As vantagens de um sistema assim são visíveis para quem entende que a Igreja e seus agentes principais devem estar sempre mais informados e formados sobre o cotidiano da vida, devem estar mais presentes no mundo, devem iluminar e fermentar a partir de dentro. As desvantagens viriam da parte de um defluxo nos outros quatro pilares. Estudo, espiritualidade, pastoral e convivência comunitária deveriam ceder tempo e espaço, preocupação e afeto, para assumirem o quinto pilar (o quinto sentido? o do tato?) em sua interdimensionalidade já conquistada. É claro que uma dimensão a mais, e com tanta (im) pertinência, viria a balançar as estruturas! Tudo depende(rá) do valor que ela merece.

Quais, então, as possibilidades de trabalho que a realidade atual da formação seminarística permite e incentiva?

Voltemos, porém, ao real. É preciso assumi-lo e carregá-lo o máximo possível. Aliás, nem mesmo as (tão) restritivas recomendações da CNBB, que vimos acima, são postas em prática. Como pensar, pois, no ideal, se nem o real é trabalhado? Quais, então, as possibilidades de trabalho que a realidade atual da formação seminarística permite e incentiva? O que segue são soluções encontradas por alguma comunidade formativa, no nível comunitário, e por algum formando, no seu nível pessoal. O que faço aqui é apenas socializar, compartilhando, experiências conhecidas.

A primeira delas continua sendo a do trabalho interno, nos jardins e hortas do seminário, na limpeza da casa, e atualmente, em comunidades diocesanas, na lavagem da roupa e no preparo da comida. Descontadas as desvantagens já apontadas na primeira parte deste artigo, as vantagens abrem-se para um leque bastante amplo: o sentido da gratuidade, da disponibilidade, da colaboração com a instituição mantenedora. Aspectos que, sem dúvida, precisam ser mais considerados à luz do Evangelho e não só da disciplina ou do abatimento de despesas.

A segunda modalidade poderia ser a de um trabalho assumido pela comunidade toda, que servisse de sustento a toda a casa: criação de abelhas para a produção de mel e cera; criação de aves para a produção de carne e ovos; horta, granja, pomar ou jardim, para a produção de hortifrutigranjeiros ou floricultura; ateliê para a confecção de produtos artesanais, pintura, arte sacra, etc.; gráfica para a produção de boletins, brochuras etc. Naturalmente, entendendo que o produto seria vendido no mercado local e o lucro, adquirido como fruto do trabalho comum, seria destinado ao sustento de toda a comunidade. Entendendo tam-

bém que à frente de tudo deveria estar um administrador, de preferência leigo, que gerenciasse toda relação laboral, profissional e de mercado. As desvantagens ficam por conta de um esforço maior que se deve fazer para aceitar o valor da dimensão do trabalho, bem como da dificuldade de alguma diocese ou Instituto religioso construir e gerenciar uma microempresa. O fato de o formando continuar ainda trabalhando para a empresa eclesial, e a possibilidade das conhecidas incompreensões que o público apresenta diante dos bens da Igreja. . . também devem ser considerados. As vantagens desta modalidade saltam à vista, sobretudo se percebidas na vida de algum seminarista menor ou de um propedêutico: o sentido do trabalho comum, da co-gestão da empresa, do sustento próprio com o próprio suor, da colaboração com a instituição mantenedora, da presença no mundo do trabalho e do mercado, nas relações de produção e de consumo, o sentido do equilíbrio entre estudo e trabalho, entre trabalho e lazer etc.

Uma terceira modalidade seria a que foi apresentada também na detecção da realidade, na primeira parte do artigo, ou seja, a do trabalho em um ou dois meios-períodos por semana, como professor de Educação Religiosa ou de alguma das ciências humanas ou mesmo de outras disciplinas, em alguma Escola confessional ou pública, remunerado. As desvantagens vêm em forma de risco: individualismo, fuga da comunidade, desarticulação da comunidade por causa de (ou em favor de) algum ou de todos os seus membros. A vantagem vem em forma de abertura de possibilidades: sustento próprio, respiro financeiro para gastos pessoais, inserção relativa no mundo do trabalho. A diferença em relação à modalidade anterior está em que aqui se trata de um trabalho assumido por cada formando em particular.

Outra modalidade, a quarta, que pode ser assumida tanto pela comunidade como um todo, como pelo formando em particular, é a do trabalho, em meio-período, uma ou duas ou mais vezes por semana, remunerado, na secretaria de alguma paróquia, ou cúria, ou na coordenação da pastoral de alguma pastoral específica de uma paróquia ou diocese. Além das mesmas desvantagens apresentadas pela terceira modalidade, acresce aqui o risco de o candidato passar a servir-se das estruturas da Igreja para ganhar dinheiro. Mas, acresce-se também uma vantagem: a dimensão do trabalho vem articulada facilmente com a da pastoral.

Uma última (neste artigo) modalidade é a do trabalho, remunerado, nas férias, em algum restaurante, hotel, centro de informações, serviços turísticos (guias. . .). Nossa "Ilha da Magia",

O trabalho de férias poderia ser realizado em algum hospital ou asilo

aliás, proporcionaria alguma possibilidade nesse sentido. No interior, haveria a possibilidade de roças, colheitas, mutirões. Quem sabe, nalguma cidade, emprego em alguma fábrica que nas férias desse folga a seus operários? Relacionando com a dimensão pastoral, o trabalho de férias poderia ser realizado em algum hospital ou asilo, em alguma paróquia (organização do arquivo, da biblioteca). Aqui, só haveria vantagens. Mas as dificuldades não faltariam. A demanda de empregos é escassa. Nossas empresas (hoteleiras, gastronômicas e turísticas) não têm por hábito, de modo geral, aceitar empregados por tempo fixo de um ou dois meses. Em todo caso, há caminhos abertos. . .

Concluindo: 1. Como presbítero, e presbítero formador, tenho ciência dos meus limites, tanto para a compreensão da realidade quanto para a apresentação de soluções. Na prática, a teoria é sempre outra!

2. Esta é talvez uma primeira abordagem desse assunto. Pode parecer superficial. Não tem, porém, maiores pretensões senão

abrir espaços para uma reflexão mais profunda e uma prática mais séria no que diz respeito a essa tão importante dimensão da formação presbiteral.

3. Um esforço conjunto, de bispos, formadores e formandos, deveria realizar-se em vistas de possibilitar experiências mais concretas de trabalho na formação seminarística.

4. Ademais, para ser um homem realizado e, conseqüentemente, um bom cristão e um bom padre, o formando não pode fugir às quatro relações fundamentais que constituem o ser humano: com o mundo, com os outros, com Deus e consigo mesmo. O trabalho é justamente o lugar onde o nó dessas relações se enlaça com maior consistência.

5. Afinal, para exercer seu ministério como serviço e alusão à estrutura trinitária da Igreja, o padre deve ter um rosto de homem que seja a carne da carne do corpo eclesial, que seja memória viva inserida na carne desse corpo, e que deve remeter a Igreja à sua própria carne que é o mundo (SANTANER, 118-132). Pode ele, se quiser ser fiel a este ministério, ficar fora do mundo real do trabalho?

6. Ao fim das contas, contudo, deve ficar claro que o trabalho não pode, de nenhum modo, diminuir o peso dos quatro consagrados pilares da formação presbiteral (espiritualidade, pastoral, estudo e vida comunitária). Aliás, se o estudo for tido, vivido e experienciado como verdadeiro trabalho, com aproveitamento real de todo o tempo para ele disponível como preparação e

predisposição para o melhor serviço (ou trabalho) junto ao povo de Deus, já seria uma boa saída, e os questionamentos seriam outros.

7. A Campanha da Fraternidade de 91 deve questionar aos presbíteros e seminaristas sobre a forma como estamos vivendo (ou não) no mundo do trabalho, e deve apontar-nos alguns caminhos mais iluminativos do que os comentados aqui.

Bibliografia

- ANTONCICH, R. e SANS, J.M. "Ensino Social da Igreja", Vozes, Petrópolis, 1986.
- CNBB, "Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil. Diretrizes Básicas", Documento 30, Ed. Paulinas, SP, 1985.
- JOÃO PAULO II, "Laborem Exercens", Encíclica sobre o Trabalho Humano, de 14.5.1981, Ed. Paulinas, SP, 1981.
- RODRIGUEZ-LOSADA, M.M. e outros. "Afetividade e Vida Religiosa", CRB, Rio de Janeiro, 1990.
- SANTANER, M. — A. "Homem e Poder. Igreja e Ministério", Ed. Loyola, SP, 1986.

Endereço do autor:
Caixa Postal 5041 — ITESC
88041 FLORIANÓPOLIS, SC

A ESPIRITUALIDADE DO TRABALHO, SEGUNDO A "LABÓREM EXÉRCENS"

Pe. Alberto Gritti
Professor de Teologia Espiritual

A comemoração do centenário da Carta Encíclica "Rerum Novarum", do Papa Leão XIII, a 15 de maio do próximo ano, apresenta-se como uma ocasião e, mais ainda, uma necessidade para a retomada dos documentos, já numerosos, sobre a doutrina social da Igreja.

Os papas deste século não esconderam sua preocupação com relação ao mundo do trabalho, devido à dificuldade de ali penetrar com a evangelização, e pelas questões sociais que ali incessantemente fermentam.

No início, a questão social era a "questão operária" ou do "proletariado". Depois, as condições gerais foram transformando-se sob o aspecto tecnológico, econômico e político. A "questão social" alastrou-se pelo mundo todo e sem dúvida concorre com os demais desafios que a sociedade moderna apresenta para a manutenção da paz.

A Igreja entra no vivo da questão com o seu Magistério, especialmente com as Encíclicas de inspiração social. Por exemplo, a "Quadragesimo Anno", de Pio XI, em 1931, aborda a questão do salário mínimo como condição para manter a paz social. A "Mater et Magistra", do Papa João XXIII, em 1961, procura o "aggiornamento" da questão, introduzindo o conceito da "socialização" na relação capital e trabalho. A "Populorum Progressio", de Paulo VI, em 1967, trata do desenvolvimento nas suas dimensões mais amplas e integrais.

É mediante o trabalho que o homem deve garantir o pão cotidiano

João Paulo II não fica alheio a esta lida magistral com o universo do trabalho, elaborando sobre o assunto a sua terceira Encí-

clíca, cujo título em latim, tirado tradicionalmente das primeiras palavras do documento, é "Laborem Exercens", quer dizer "Exercendo o Trabalho": "É mediante o trabalho que o homem deve garantir o pão cotidiano" (n. 1).

O documento era para vir a público no dia do 90º aniversário da célebre Encíclica leonina. Porém, devido ao atentado sofrido pelo Papa a 13 de maio de 1981, teve que ser adiada a sua publicação para o dia 14 de setembro, festa da Exaltação da Santa Cruz, data escolhida muito significativamente para o evento. De fato, trabalho e cruz são realidades profundamente relacionadas entre si: "Com fadiga tirarás da terra o alimento durante toda a tua vida... com o suor do teu rosto comerás o teu pão" (Cf. Gn 3,17.19).

Esta Encíclica, cronologicamente a terceira do seu pontificado, cria um liame orgânico com a missão apostólica do Papa Wojtyla. Desde a "Redemptor Hominis", do início do seu ministério e, em seguida, a "Dives in Misericórdia", a seqüência dos documentos não aparece por acaso: a missão da Igreja é, acima de tudo, anunciar Jesus Cristo Salvador e a misericórdia do Pai, enquanto as demais iniciativas encontram sua força e significação na "obra central" (Cf. Jo 6,28-29), o Trabalho da salvação e libertação.

Incansável na sua pregação itinerante, o Papa, falando ao episcopado da América Latina em Puebla, em 1979, afirmando a primazia da verdade sobre Cristo, a Igreja e o Homem, disse textualmente: "A verdade sobre o ser humano constitui o fundamento da doutrina social da Igreja, como também a base da verdadeira libertação".

O homem, portanto, é o fundamento e ao mesmo tempo o objetivo da missão da Igreja na ação social. É dentro desta visão antropológica que a Encíclica "Laborem Exercens" aborda a moral e a espiritualidade do trabalho. Algo de muito rico e sólido, que envolve a pessoa do trabalhador nas suas angústias e tristezas, nas suas lutas e vitórias.